GABINETE DE AVALIAÇÃO INDEPENDENTE
DO FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL

Comunicado de Imprensa de BIE nº 07/01(P)
DIVULGAÇÃO PROIBIDA ATÉ 20h30 (EDT), 12/03/07
Original: inglês
12 de março de 2007

Gabinete de Avaliação Independente do
Fundo Monetário Internacional
Washington, DC 20431 EUA

Gabinete de Avaliação Independente Divulga Relatório sobre *O FMI e a Ajuda à África Subsaariana*

O Gabinete de Avaliação Independente (IEO) do Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou hoje o seu relatório sobre *O FMI e a Ajuda à África Subsaariana.* O relatório cobre o período 1999–2005, que foi marcado por melhorias no desempenho de diversos países subsaarianos — o que se deveu, em parte, às recomendações e medidas tomadas pelo FMI, inclusive com respeito ao alívio da dívida. O relatório contém dados e informações sobre 29 países subsaarianos que utilizaram o Programa de Financiamento para Redução da Pobreza e Crescimento (PRGF).

O relatório constata a existência de ambigüidades e confusões nas políticas e práticas do FMI relativamente à ajuda financeira e redução da pobreza. As principais áreas afetadas são o papel do FMI na mobilização da ajuda, a análise de cenários alternativos de ajuda, as avaliações do impacto social e sobre a pobreza das políticas macroeconômicas e os quadros orçamentários em benefício dos pobres e do crescimento. O relatório também observou uma desarticulação entre as comunicações externas do FMI sobre ajuda e redução da pobreza e as suas práticas efetivas nos países de baixa renda.

Aspecto mais fundamental, o relatório constatou diferenças de opinião no Conselho de Administração sobre o papel e as políticas do FMI nos países de baixa renda. A Direção-Geral — assim como o Conselho — deveria ter feito mais para resolver essas diferenças. Sem uma visão clara sobre o que fazer quanto à mobilização da ajuda, cenários alternativos e a aplicação da análise do impacto social e sobre a pobreza, o corpo técnico do FMI concentrou-se na estabilidade macroeconômica, uma postura condizente com o mandato básico da instituição e com a sua própria cultura profissional, fortemente arraigada.

Daqui para a frente, um dos principais desafios de política para o FMI será como minorar essas diferenças — seja pela melhor gestão dos compromissos e comunicações, tornando-os mais acessíveis, seja pela intensificação dos esforços de implementação. O cerne da mensagem da avaliação é que o Fundo deve ser mais claro e mais franco em relação ao que se propõe a fazer, e mais constante, transparente e responsável na implementação dos seus compromissos.

Conclusões específicas:

Os programas do PRGF catalisam a ajuda disponível — por intermédio da sua avaliação macroeconômica e do apoio aos esforços dos países em aperfeiçoar a governança fiscal. Mas os técnicos do FMI pouco fizeram para mobilizar ajuda adicional ou analisar e divulgar opções alternativas de políticas e de ajuda que fossem além do cenário mais provável.

O Conselho de Administração do FMI continua dividido em relação a essas questões, e a posição do FMI não é clara.

Os programas do PRGF foram flexíveis no uso da ajuda adicional a países com inflação baixa e níveis apropriados de reservas internacionais. Nos demais países, o PRGF normalmente previa que se poupasse ao menos uma parte da ajuda adicional. Esse enfoque diferenciado é coerente com as políticas do FMI relativamente à flexibilidade no uso da ajuda, à inflação de um dígito e à acumulação de reservas. Mas houve falhas na comunicação dessas políticas e da sua justificativa aos doadores, à sociedade civil e às demais partes interessadas nos casos nacionais específicos.

A implementação das disposições do PRGF relativas à redução da pobreza e ao crescimento foi menos sistemática do que a implementação das disposições sobre a governança fiscal. O IEO acredita que o desempenho mais fraco do corpo técnico nessas áreas pode ser atribuído à falta de orientação consistente do Conselho e da Direção-Geral, ao distanciamento em relação ao mandato macroeconômico básico do FMI e à colaboração menos eficaz entre os técnicos do FMI e do Banco Mundial. Os programas do PRGF deram pouca atenção às inter-relações entre os gastos em infra-estrutura e a reação do lado da oferta da economia — a despeito das suas implicações para a avaliação macroeconômica — e fizeram uso muito limitado das análises do impacto social e sobre a pobreza, em parte como resultado da coordenação ineficaz com o Banco Mundial. O relatório encontrou indícios de apoio do PRGF aos gastos com saúde e educação, sobretudo quando custeados com recursos poupados em função do alívio da dívida.

A posição pública e as comunicações do FMI sobre a ajuda financeira e a redução da pobreza divergem das suas políticas e práticas operacionais. Nas suas comunicações, o FMI superestimou os compromissos assumidos — e cumpridos — pela instituição no plano da ajuda e redução da pobreza. Ao mesmo tempo, subestimou a contribuição da instituição por intermédio do seu apoio ao reforço da estabilidade macroeconômica, governança fiscal e alívio da dívida.

O corpo técnico do FMI desperdiçou oportunidades de aproximação com os grupos de doadores locais e a sociedade civil. Uma das conseqüências desse fato foi que o Fundo custou a reconhecer de que forma o seu trabalho seria afetado pelas mudanças constantes no cenário da ajuda, como exemplifica a decisão dos doadores bilaterais de prestar ajuda em apoio ao orçamento. Outra conseqüência foi que a atenção considerável dispensada à governança fiscal nos programas do PRGF teve pouca repercussão nas organizações locais da sociedade civil preocupadas com a responsabilização nas finanças públicas.

Recomendações:

O relatório do IEO recomenda ao Fundo que esclareça os seus compromissos e que os implemente, comunique e monitore de forma consistente. Mais especificamente:

- O Conselho de Administração deve esclarecer as políticas do FMI sobre os limiares de desempenho macroeconômico para a flexibilização no uso da ajuda adicional, a mobilização da ajuda, os cenários alternativos, as análises do impacto social e sobre a pobreza e os quadros orçamentários pró-pobres e pró-crescimento.

- A Direção-Geral do FMI deve instituir mecanismos transparentes de monitoria e avaliação da implementação das orientações mais claras de política — inclusive no que diz respeito à colaboração necessária com o corpo técnico do Banco Mundial — e zelar pela coerência entre as comunicações institucionais e as políticas e operações do Fundo.
- A Direção-Geral deve esclarecer as expectativas — e a disponibilidade de recursos — que norteiam a interação entre os representantes residentes e chefes de missão e os grupos de doadores locais e a sociedade civil.

O relatório, assim como as reações da Direção-Geral e do corpo técnico, e os comentários do IEO, foram discutidos no Conselho de Administração do FMI em 5 de março de 2007. O relatório e toda a documentação pertinente, inclusive um resumo das discussões no Conselho, está disponível para consulta no endereço www.imf.org/ieo.

Contato BIE:
Telefone +1 202 623 7312
Email info@ieo-imf.org
Fax +1 202 623 9990